

Educação superior privada e trabalho docente na contemporaneidade: elementos para análise

MILENA GOMES DE MEDEIROS*

Resumo

O objetivo do artigo é abordar a expansão privada da Educação Superior, problematizando nesta contextualidade o papel e a natureza do trabalho docente que vem sendo atrelado às necessidades do processo de acumulação do capital na contemporaneidade. Para tanto, realiza-se uma pesquisa teórica, de cunho bibliográfico, com o auxílio de autores como Marx (2009), Sampaio (2011) e Vale (2012). Conclui-se que o papel e a natureza da Educação e do trabalho docente estão atrelados aos processos de acumulação de capital, o que tem permitido a intensificação do trabalho docente e a ampliação da mais-valia no âmbito do setor dos serviços educacionais.

Palavras-Chave: Capitalismo; Educação privada; Trabalho docente.

Abstract

The objective of this article is to address the expansion of private higher education, questioning this contextuality, the role and nature of teaching that has been linked to the needs of capital accumulation process nowadays. Thus, we performed a theoretical research, bibliographic nature, with the aid of authors such as Marx (2009), Sampaio (2011), Valley (2012). We conclude that the role and nature of education and teaching are linked to capital accumulation process, which has allowed the intensification of teaching and the enhancement of added value within the sector of educational services.

Key Words: Capitalism; Private education; Teaching Work.



* **MILENA GOMES DE MEDEIROS** é Assistente Social pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco.

1. Introdução

Problematizar a expansão do ensino superior privado na contemporaneidade pressupõe compreender as transformações mundialmente processadas desde o final dos anos 1960,



tanto no âmbito da produção quanto no da reprodução social do capital em suas várias dimensões, dentre elas as práticas do Estado e suas políticas, a dimensão cultural e a gestão/organização do trabalho.

No que se refere à dimensão produtiva no novo estágio de acumulação flexível do capital, observa-se a busca pelo diferencial da produtividade do trabalho, colocando-se como necessária a intensificação da industrialização no âmbito da reprodução social (MANDEL, 1982). O objetivo é claro: elevar as altas taxas de lucro à custa da exploração da força viva de trabalho, como também, restabelecer as bases hegemônicas¹ capitalistas abaladas pela crise estrutural do capital.

Trata-se de uma dinâmica que atinge com força o setor de serviços embora, nem todos os inseridos nesse setor terão a funcionalidade requerida para a produção direta da mais-valia, mas, ao incorporar uma nova conotação, alguns serviços tenderam a ser reordenados para fins de reprodução capitalista.

Diante das transformações societárias ocorridas no século XX, e posteriormente no século XXI, verificaram-se vários debates que particularizam a discussão sobre os

rumos assumidos pela educação superior, especificamente sobre o trabalho docente. Portanto, será nesta direção que ao longo do artigo se abordará a expansão da Educação Superior privada, discutindo-se nesta contextualidade o

papel e a natureza do trabalho docente que vem sendo atrelado às necessidades do processo de acumulação do capital na contemporaneidade. Para tanto, utiliza-se como recurso a pesquisa bibliográfica, mediante o auxílio de vários autores, a exemplo de Marx (2009), Sampaio (2011), Vale (2012), Mandel (1982), dentre outros.

2. A educação superior privada no atual contexto capitalista

A expansão do ensino superior privado no Brasil está vinculada tanto às determinações postas pelo movimento privatista ditatorial dos anos de 1970, como também ao processo de reforma estrutural do Estado e de suas políticas econômicas e sociais após a década de 1990. Importante destacar o caráter mercantil hoje intensificado pela educação superior no Brasil, que se conecta ao movimento dos grandes monopólios e que tem atingido o setor dos serviços de modo particular. Sob essa lógica instaura-se a fusão e a compra de faculdades privadas por grandes grupos e/ou a abertura de suas ações na bolsa de valores, possibilitando a entrada do capital parasitário/rentista no âmbito da educação superior. Tais movimentos têm reordenado as práticas pedagógicas e curriculares, agora massificadas no âmbito de seus conteúdos, corroborando o processo de derruída do direito à educação pública.

¹ Algo que já vem sendo possível com as políticas chamadas (neo)desenvolvimentistas no âmbito educacional.

Ao tecer análise sobre esse processo de transformações pelo qual vem passando a educação superior, Sampaio (2011) afirma que o primeiro sinal de que transformações estavam ocorrendo, mais especificamente no setor privado, foi a busca das instituições privadas para se transformarem em universidades, na maioria das vezes, mediante processo de fusão ou aquisição.

Outro movimento além do observado em direção à organização universitária seria a desconcentração regional, a interiorização das matrículas e a diversificação da oferta de curso. Essa tendência segue na modalidade privada, quando se pensa na expansão do mercado de trabalho no âmbito da docência, que tem se apresentado como um novo espaço sócio-ocupacional estimulado a partir das iniciativas do governo federal e da ampla oferta de vagas tanto no setor público quanto no setor privado. Associado a esse movimento, uma nova conformação no âmbito da concepção da docência se configura nos dias atuais, no momento em que se tenta responder às necessidades do capital na formação de um exército de docentes de baixo custo para os empregadores e de fácil acesso ao mercado.

Além do aumento no número de matrículas, o mercado de trabalho dos docentes nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas repousa sobre condições de exploração, porquanto se presencia de forma mais acirrada o domínio do capital financeiro neste setor, que, segundo Leher (2013, p. 17): “[...] Permite demissões em massa de professores, rebaixamento salarial dos que resistem, fechamento de cursos pouco rentáveis e a criação de ciclos básicos sem qualquer lógica acadêmica a não ser a redução de custos”. Soma-se a isso um leque de outras inflexões que

resulta na desqualificação de algumas funções em que o professor se vê limitado ao papel de prestador de serviços, quando atua seja no ensino, seja na pesquisa ou na extensão. Desse modo, a titulação deixa de ser a possibilidade de abertura de fronteiras para a pesquisa e passa a ser um instrumento de possibilidade e garantia de emprego. Visualiza-se também a perda de autonomia do professor quando se pensa no ingresso dos recursos estrangeiros, que vem se dando pela imposição de conteúdos e dos objetivos empresariais voltados para a lógica do mercado.

Compreender a expansão dessa modalidade de ensino privado da forma como se vem configurando significa identificar sob um ponto de vista quantitativo a contabilização de sua hegemonia no que se refere ao crescimento dos cursos e do número de matrículas neste setor. É ilustrativa a análise de Boito Júnior (1999, p. 71) ao identificar a existência de uma nova burguesia de serviços² que vem ocupar um espaço deixado pela eliminação dos direitos sociais e pelo aviltamento dos serviços públicos, e dessa forma, “[...] tem contado com os préstimos de toda a grande imprensa, sempre pronta para mistificar os serviços privados em reportagens promocionais, e para explorar de maneira sensacionalista e falaciosa a degradação, que é real, dos serviços públicos” (BOITO, 1999, p. 17).

Ao trazer novas conotações e definições, a educação superior vem sendo conformada a partir dos interesses do

² Embora não se possa compartilhar exatamente da ideia de nova burguesia, sabe-se que, inserido no contexto de desenvolvimento do capital financeiro em escala mundial, as consequências apontadas pelo referido autor são destrutivas e corroboram a deslegitimação da educação enquanto direito.

capital privado nacional ou internacional, aqui exemplificados pelas ações do Banco Mundial, que formulou o entendimento de educação terciária como um bem comercializável no mercado. De acordo com o relatório intitulado “O Estado em um mundo em transformação” (1997, p. 1), o Banco Mundial afirma que “o papel do Estado é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e social, porém não enquanto agente direto do crescimento, senão como elemento catalisador e impulsionador desse processo”. Em outro documento, intitulado “Luta contra a pobreza” (2000/2001, p. 8), afirma: “para promover o investimento privado, é preciso reduzir os riscos para os investidores mediante políticas fiscais e monetárias estáveis, regimes de investimento estáveis, sistemas financeiros sólidos e um contexto empresarial claro e transparente” (citado por VALE, 2012, p. 164-165). Assim se configura a lógica de parceria empreendida pelo público e pelo privado.

Portanto, o ensino superior no âmbito dessa nova contextualidade do desenvolvimento das forças produtivas sociais do capital, acompanhada dos seus processos incessantes de crise/recuperação de hegemonia/lucro, traz a incumbência de formar um arsenal de força viva produtiva de trabalho, quer seja na modalidade ativa ou inativa do exército de serviço educacional, para compor a parcela de desempregados que ajudará no equilíbrio dos salários dos ativos e no aumento da produtividade do capital.

3. Exploração e produtividade do trabalho docente: sua natureza em questão

A educação superior no Brasil vem passando por um processo histórico em decorrência de um momento acirrado de internacionalização e oligopolização; este ocorre especialmente no âmbito privado posto pela financeirização do capital, que tem penetrado o âmbito do setor de serviços. Agora a educação, e especificamente o ensino, passa a ser considerado como um novo nicho de mercado altamente lucrativo. Assim,

[...] a sobrevivência da atual etapa especulativa do capitalismo encontra seu fundamento na elevação em níveis sem precedentes da exploração do trabalho produtivo em suas diversas formas. [...] isto é: mais-valia absoluta, relativa, superexploração do trabalho assalariado e exploração do trabalho não assalariado (CARCANHOLO, s/d, p. 2)

Dessa forma, acredita-se que somente a teoria do valor permitirá entender a essência da exploração capitalista, já que no capitalismo os trabalhadores trabalham mais tempo que o necessário na produção de mercadorias.

O fato é que no âmbito da teoria do valor outras categorias são explicativas desse processo, como, por exemplo, as de trabalho produtivo/improdutivo, que possibilitam o desvendamento tanto das relações e condições de exploração do trabalho produtivo sob o capitalismo, como também a compreensão de como se dá esse processo na atual fase do capitalismo mundial, com predominância do capital especulativo parasitário. Tal movimento de análise permite visualizar a contradição central entre produção e apropriação da mais-valia no setor de serviços, no lócus das empresas educacionais privadas. Ainda que sejam

categorias permeadas de polêmicas em meio ao debate no âmbito da economia política entre autores marxistas e não marxistas, são consideradas primordiais para a presente análise.

Exposta a pertinência de entendimento de tais categorias para situar as transformações vigentes na Educação Superior, a análise inicia-se pelo que é produtivo ou não. Trata-se de uma discussão por demais polêmica. Postula-se, entretanto, que é produtivo somente o trabalho que produz mais-valia para o capital, o que significa afirmar que o trabalho considerado aqui é somente o assalariado, no qual se vende a sua força de trabalho em troca de um salário. Nas palavras de Marx (2009, p. 578):

[...] A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à autoexpansão do capital. [...] Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar [...].

Desde que a economia clássica passou a considerar a produção de mais-valia a característica principal para qualificar o trabalhador como produtivo, tornou-se necessário o entendimento do que seria mais-valia para se definir o que é ou não produtivo (MARX, 2009). Na visão dos fisiocratas, somente o trabalho agrícola era produtivo. Para eles, “[...] só existe mais-valia sob a forma de renda da terra” (MARX, 2009, p. 578). Assim, só era produtivo o trabalho agrícola, que produz mais-valia para os proprietários. Os fisiocratas entendem que a mais-valia advém não da esfera da circulação, mas da produção.

Entre vários autores brasileiros que tentam interpretar a polêmica do trabalho produtivo/improdutivo, Netto e Braz (2007, p. 115) trazem algumas contribuições para este debate ao afirmarem que “a criação do valor é função do trabalho; mais precisamente, a criação de valor se opera mediante o processo de trabalho: o valor não resulta da distribuição, da circulação ou do consumo de bens – o valor é gerado na produção material”.

Essa conclusão partilhada por Netto e Braz pode ser encontrada nas formulações de Mandel (1998, p. 122-123), quando diz que:

[...] pode-se definir trabalho produtivo como todo trabalho que se troca por capital, ou seja, todo trabalho que enriquece a um ou vários capitalistas e que lhes possibilita apropriar-se de uma parte da massa global de mais-valia produzida pela massa global de trabalho assalariado que produz valor. Todo trabalhador assalariado contratado pela empresa capitalista entra nesta categoria.

Para esse último autor, apenas o trabalho material pode ser considerado produtivo; apesar de entender que hoje existe uma industrialização dos serviços, considera este setor não diretamente produtor de mais-valia. Já Carcanholo (s/d, p. 3) observa: “o trabalho produtivo na teoria marxista” contraria as ideias de Netto, Braz (2007) e Mandel (1998), indicando que o trabalho produtivo para Marx também ocorre em atividades produtivas que se estendem na circulação, como é o caso do transporte, expedição, armazenagem, embalagem, conservação etc., exceto no caso daquelas atividades desse tipo que derivam exclusivamente das relações especulativas do capital. Obviamente que não é trabalho produtivo aquele relacionado ao capital comercial (tanto o capital de comércio de

dinheiro como o capital de comércio de mercadorias, na linguagem de Marx).

Assim, na visão de Carcanholo (s/d), a produção de mais-valia ocorre tanto na produção de mercadorias materiais quanto nos serviços produtivos; a diferença está no fato de que a mercadoria serviço tem seu consumo simultâneo com a produção.

No que se refere à concepção de Yamamoto (2008, p. 73), suas ideias seguem no entendimento de que

a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente de mais-valia, na qual o trabalhador não produz para si, mas para o capital: apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para um capital ou serve à autovalorização do capital.

Desse modo, explica: “os serviços para o seu produtor são mercadorias [...], para o comprador são valores de uso, e para o capital, no caso de ser trabalhador produtivo, são meios de reproduzir o valor adiantado e criar mais valor [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 79). Ou seja, a autora reafirma que o trabalho produtivo é o que repõe o capital variável e produz mais-valia. Já o improdutivo deve-se observar pela ótica da compra pelo consumidor, que através de sua renda permite o consumo enquanto valor de uso. Assim, não importa para ela do ponto de vista do trabalho produtivo se este se materializa numa coisa, ou como atividade da capacidade do trabalho.

Assim, reafirma-se o caráter produtivo do trabalho, que constitui uma

expressão do caráter produtivo do capital ou do capital na sua fase de produção, distinguindo-se do trabalho empregado pelo capital-mercadoria ou capital-dinheiro ou, mais precisamente, do capital na sua fase de circulação, ainda que ambas as fases de produção e circulação

sejam necessárias à reprodução do capital (IAMAMOTO, 2008, p. 86).

Outra importante contribuição é a de Lessa; este entende que tanto o trabalho produtivo como o improdutivo são necessários ao sistema do capital, pois constituem subcategorias do trabalho abstrato, que significa a exploração pelo capital. Para ele, ambos portam uma função que os difere. O primeiro produz mais-valia, e o segundo não. Ao considerar esta distinção entre trabalho produtor de mais-valia e o não produtor, afirma que se deve identificar a distinção entre trabalho fundante, “que retira da natureza os meios de produção e de subsistência, e trabalho abstrato, ou seja, a totalidade das atividades assalariadas” (LESSA, s/d, p. 448-449). E esclarece:

[...] nem todo trabalho assalariado converte a natureza em meios de produção e de subsistência, [...] se toda conversão da natureza em meios de produção e de subsistência por meio do trabalho assalariado produz mais-valia, nem toda a geração de mais-valia ocorre no intercâmbio com a natureza.

Esse autor considera que existe trabalho produtivo de mais-valia fora do intercâmbio com a natureza no momento em que se expande uma “nova possibilidade de valorização de capital pela exploração de alguns serviços (nem todos os serviços)” (LESSA, s/d, p. 450). E completa: “A distinção fundamental está na função social que exercem tais trabalhadores produtivos. [...] Neste setor não há a produção de nenhum *quantum* de riqueza, nem capital social total ampliado, apenas a conversão da riqueza que já existia sob a forma de dinheiro [...] na riqueza sob a forma de capital” (LESSA, s/d, p. 450).

Quando esse autor se refere à produção de capital, alude à conversão da natureza em meios de produção e de subsistência.

Para ele, “os demais assalariados, gerando ou não mais-valia, não produzem nenhuma riqueza, e por isto, tal como a burguesia, parasitam o trabalho proletário” (LESSA, s/d, p. 452).

Destarte, o entendimento sobre a questão segue o norte das discussões postas por Lessa; sem desconsiderar as contribuições dos outros autores, pensa-se que uma coisa é produção de valor e valorização, outra é a produção de capital. Assim, na dimensão da produção, o trabalho produtivo reproduz o valor do capital variável aplicado em salário e cria a mais-valia, convertendo-a em capital. Ou seja, produz a riqueza material. No âmbito dos serviços considerados como uma atividade do trabalho produtivo dá-se o processo de criação de mais-valia, valorização da riqueza criada na produção. Entretanto, este não gera capital (meios de produção e de subsistência), pois “nem toda produção de mais-valia produz o conteúdo material da riqueza” (LESSA, s/d, p. 122).

O entendimento dessas questões permite que na atualidade se verifique o processo de gestação de mais-valia e/ou capital. Trata-se de uma configuração que em parte faculta explicar a atual exploração de vários trabalhadores, em especial nas atividades do trabalho docente.

Marx esclarece como se dá a produção de mais-valia sob as formas absoluta e relativa:

[...] com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa. [...] Para

prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais (MARX, 2009, p. 578).

Assim, para o capitalista obter superlucros³ a partir do diferencial da produtividade do trabalho, buscará, através da elevação da taxa de mais-valia – leia-se taxa de exploração –, conseguir, pela mediação da variação de sua magnitude de suas partes constitutivas, como o trabalho necessário e o trabalho excedente, uma “variação da produtividade ou da intensidade do trabalho” (MARX, livro I, v. II, 2009, p. 580). Essa produtividade do trabalho “[...] que lhe serve de ponto de partida é uma dádiva não da natureza, mas de uma história que abrange milhares de séculos” (p. 581) de exploração sob o sistema sociometabólico do capital.

Desse modo, a relação entre trabalho necessário e trabalho excedente fornece “a magnitude da taxa de mais-valia (m'), que é, decorrentemente, a taxa de exploração do trabalho pelo capital: $m' = m/v$ ” (NETTO, BRAZ, 2008, p. 107).

De forma resumida, exemplifica-se da seguinte maneira: a exploração pode aumentar: primeiro, se mais horas forem trabalhadas; segundo, se a intensidade do trabalho aumentar; e por último, se o tempo de trabalho necessário diminuir

³ Ao se referir à obtenção pelos capitalistas dos superlucros no contexto da educação superior privada, pensa-se que os processos e os métodos utilizados no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão podem maximizar os lucros dos donos das empresas educacionais, a partir da extensão da intensidade do trabalho e/ou da produtividade.

devido ao aumento da produtividade nos setores que produzem os bens necessários.

Nesta direção, o trabalho assalariado no capitalismo oculta a exploração quanto à extração do excedente, mascarando a relação de subordinação. Traz a falsa noção de que o salário remunera todo o trabalho. Assim, a aplicabilidade de vários métodos de extração do sobretabalho permite que se aumente a produtividade sob uma intensidade exploradora do trabalho. Destarte, “a forma salário elimina todos os traços da divisão do dia de trabalho entre trabalho necessário e excedente, entre trabalho pago e não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago” (SAAD FILHO, 2001, p. 31).

Nesta confluência, entende-se que as universidades e outras dimensões sociais são determinadas e organizadas a partir das necessidades do sistema capitalista, em que opera a clássica divisão social e técnica do trabalho, que guiada a partir da formação de competências e habilidades técnicas para o mercado, complexifica a divisão entre trabalho manual e intelectual.

Considerando essa assertiva, compreende-se que na atual fase do capitalismo sobre moldes flexíveis, os docentes são relegados a determinadas funções compatibilizadas a partir das atuais necessidades da divisão técnica do trabalho. Por outro lado, não se pode esquecer que as universidades constituem um espaço que permeia a luta de classes, possibilitando que as forças contrárias ao capital sejam construídas no jogo dos projetos de educação, universidade e sociedade.

Segundo Carcanholo (s/d), quando se particulariza a educação superior prestada diretamente por instituições privadas, observa-se que nestas

atividades capitalistas produtivas existem trabalhadores produtivos. Assim, “essas atividades produzem serviços que, quando prestados a trabalhadores que serão trabalhadores produtivos, contribuem para a reprodução de suas forças de trabalho” (p. 6).

A natureza da Educação está diretamente vinculada ao destino do trabalho, especificamente às necessidades do capital para “[...] socializar os valores que permitem a sua reprodução” (SADER, 2008, p. 15); por isso, a intensificação e a extensão do trabalho docente vêm se materializando de forma mais acirrada tanto nas instituições que trabalham, como nos trabalhos levados para casa, fazendo com que o docente não separe o tempo de trabalho e o tempo de lazer, acarretando com isto implicações regressivas para a saúde psicofísica.

Pensa-se, portanto, que a natureza do trabalho docente nas instituições privadas pode ser considerada a partir da análise das categorias de trabalho produtivo/improdutivo, que pressupõem a exploração do trabalho sob o capital. Ou, parafraseando o próprio Marx: “um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo” (livro I, 1980, p. 404) – isto é, a sua natureza depende das relações sociais que são estabelecidas a partir do próprio trabalho.

Desse modo, entende-se que o professor pode, numa circunstância, ser definido como produtivo ou improdutivo, uma vez que a característica essencial é a capacidade de geração/valorização da mais-valia, ainda que nesse caso não se tenha a produção de um novo produto concreto/material. Como diz Marx:

[...] Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador

produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola [...]. O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia (livro I, v. II, 2009, p. 578).

Por outro lado, a natureza do trabalho docente também pode ser explicada pela imbricada articulação das categorias: subsunção formal e real do trabalho ao capital, em que a exploração do seu trabalho se dá pela obtenção da mais-valia absoluta e relativa mediada pela intensificação do trabalho, que tende a reduzir o seu tempo de trabalho necessário, e conseqüentemente a sua remuneração, associada ao aumento de sua jornada de trabalho nas instituições ou em casa. Assim, presencia-se no âmbito deste trabalho o controle de seu processo de trabalho pelo capital, a parcialização do seu conhecimento, a busca pela polivalência, agilidade, produtividade, eficiência, ou melhor, a imposição de funções ligadas ao domínio técnico-instrumental.

Outra questão concerne à busca pelo diferencial da produtividade do trabalho na educação superior, que se dá pela mediação das ações ideopolíticas do Estado capitalista, a partir de suas políticas que enfocam a noção de “qualificação” para inserção no mercado de trabalho e sua aferição de renda, o que possivelmente reduziria a pobreza e as desigualdades sociais/regionais do país e possibilitaria a mobilidade social.

Assim, a procura pela qualificação vem se dando na sociedade capitalista como um diferencial na inserção no mercado

de trabalho e na aferição de renda que se materializa pela posse da titulação. Processa-se, portanto, uma nova inversão do entendimento da posse de títulos, já que sua obtenção não mais significa uma condição qualificada em torno da busca da inserção em pesquisas acadêmicas, mas gira em torno da suposta garantia da inserção em algum espaço sócio-ocupacional. Ou seja, os títulos acadêmicos tornaram-se mediações instrumentais para o mercado de trabalho, e desvinculando-se da produção de novos conhecimentos, passaram a se configurar como uma qualificação instrumental pragmática associada à consolidação das baixas remunerações. Deve-se observar, entretanto, que os docentes, diante desta condição imposta pelas determinações do capital, detêm o arbítrio para decidir como usarão o seu título.

Rubim (1980) ressalta a necessidade de se diferenciar o que significa de fato trabalho simples e qualificado. Para ele,

Trabalho simples é o emprego dessa força de trabalho que todo homem comum e corrente, em média, possui em seu organismo corporal, sem necessidade de educação especial. [...] O trabalho simples médio tem um caráter diferente em países diferentes e diferentes épocas culturais, mas representa uma determinada magnitude para cada sociedade num dado momento de seu desenvolvimento. Em contraste, chamaremos de trabalho qualificado aquele que requer um aprendizado especial, ou seja, uma aprendizagem mais longa ou profissional e uma educação geral mais importante que a média dos trabalhadores [...] (p. 176).

Diante desse entendimento poder-se-ia então concluir que o valor dos produtos produzidos pelo trabalho qualificado, como também o valor de sua força de

trabalho qualificada e especificamente seu salário, seriam maiores do que os do trabalho simples, se não fosse a igualação média destes vários trabalhos abstratos no mercado capitalista, que tente a igualizar seus salários. O que significa que por mais tempo que o trabalhador despenda para obter conhecimentos, seu valor será dado no âmbito da venda de sua força de trabalho no mercado, que acaba se igualando enquanto trabalhador coletivo participe do processo de produção e reprodução do capital. Portanto, “a redução do trabalho qualificado a trabalho simples é um dos resultados do processo social objetivo de igualização de diferentes formas de trabalho que, na sociedade capitalista, se realiza através da igualização das diferentes mercadorias no mercado” (RUBIM, 1980, p. 183).

Nesta direção, pensa-se que a lógica atual do capital traz o conceito de trabalho qualificado como aquele que tem melhores habilidades e que está necessariamente associado pela maior intensidade despendida pelo trabalhador em determinadas atividades. Isso significa que ao produzir com maior destreza e rapidez, o trabalhador produz o valor de sua força de trabalho num tempo menor, e com isto rebaixa o valor de sua força de trabalho/salário.

Daí decorre que muitos ideólogos do capital têm associado trabalho qualificado a trabalho mais intenso, ágil, com maior atenção ao executar certas atividades num tempo cada vez mais rápido, perdendo o sentido das ações do seu trabalho. Aquele que não se encaixa nessas condições passa a ser considerado um trabalhador sem qualificação necessária ou desqualificado, não pela falta de conhecimentos, mas de um tipo de conhecimento pensado a partir da destreza e da habilidade instrumental executada num tempo cada vez mais

curto. Desse modo, no capitalismo, “o prêmio por qualificação [...] significa a ausência de equilíbrio entre diferentes formas de trabalho” (RUBIM, 1980, p. 188).

Conclusão

A partir das reflexões tecidas ao longo deste texto, conclui-se que a intensificação do trabalho docente nas instituições privadas constitui a chave para se entender como é gerada a mais-valia no âmbito das IESs e que será o próprio docente que conduzirá o processo de produção de mais-valia no âmbito do setor dos serviços privados educacionais. Além da produção, entende-se que esse trabalho também participa do processo de valorização do capital: dinheiro/capital-mercadoria. Apesar de este processo não gerar um novo *quantum* de riqueza social, nem produzir capital – o que se torna possível graças à venda de sua força de trabalho, ainda que mediada por seus conhecimentos, comercializados aos/as alunos/as desta instituição sob a forma de ensino –, observa-se a complexidade da produtividade dos docentes nas IESs privadas. Assim, o docente em sua atividade transfere a riqueza já produzida para as mãos dos empresários da educação superior.

Diante do exposto, entende-se que a noção de trabalho qualificado é funcional ao capital e se caracteriza: a) pela busca de habilidades capturadas pela lógica do capital; b) pela tentativa de reduzir o valor da força de trabalho e equalizá-la no mercado enquanto trabalho simples, restringindo assim seu salário; c) pela busca pela titulação como meio fetichizado pelo capital na suposta estabilidade do emprego; e por fim, d) pela formação de indivíduos que ao procurarem um lugar neste mercado competitivo de trabalho, ignoram o espaço da luta coletiva contra a barbárie

e a desumanização do capital nas relações de trabalho na contemporaneidade.

Toda a análise que aqui foi desenvolvida, ainda que de forma sucinta, constitui uma forma de problematizar o papel e a natureza da Educação e do trabalho docente, que se acham atrelados ao processo de acumulação de capital, permitindo a perpetuação dos processos consensuais no âmbito da reprodução capitalista. Por fim, cabe aqui enfatizar a bela análise de Sader (2008, p. 15), para quem a Educação se tornou “instrumento dos estigmas da sociedade capitalista” e tem passado a “[...] fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão no sistema, mas também a gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”. Por isso, as lutas no campo político e acadêmico se fazem necessárias para desmistificar as armadilhas ideopolíticas postas pela lógica desumana do capital.

Referências

BOITO Júnior, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BRAZ, Marcelo; NETTO, J. Paulo. O modo de produção capitalista: a exploração do trabalho. In: **Economia Política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 95-120.

CARCANHOLO, Reinaldo. **O trabalho produtivo na teoria marxista**. s/d, p. 1-10.

FILHO, Alfredo Saad. Salário e exploração na teoria marxista do valor. In: **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, 2001, p. 27-42.

IAMAMOTO, M. Villela. A produtividade do capital: trabalho produtivo e improdutivo. In: **Serviço Social em tempo de capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 72-89.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra a domicílios, 2012. Acesso em: 16 de maio de 2014. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default_sintese.shtm

INEP. **Centro da Educação Superior**: resumo técnico. Brasília: 2011, Disponível em www.inep.gov.br. Acesso em: 2 de outubro de 2013.

LEHER, Roberto. Ensino Superior Privado sob o domínio do capital estrangeiro. In: **Revista Caros Amigos**, Março de 2013, p. 16-19.

LESSA, Sérgio. Trabalho imaterial: Negri, Lazzarato e Hardt. In: **Revista Estudos de Sociologia**. S/d, p. 119-143.

_____. **Trabalho produtivo e improdutivo**. Verbete, s/d, p. 445-453.

MARX Karl. Mais-valia absoluta e mais-valia relativa. In: **O capital: crítica da economia Política**. Livro I, v. II, 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 577-587.

_____. **Capítulo Inédito do Capital**, 1975.

RUBIM, Issak Illich. Trabalho Qualificado. In: **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 175-188.

SAAD, FILHO Alfredo. Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo? In: **Revista de cultura política**. V. 1, n. 3. Edição Especial, 2001.

SADER, E. Prefácio. In: **MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. In: **Revista Ensino Superior Unicamp**. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes>. Acesso em: 16 de maio de 2014.

VALE, Sobral Erlénia. **A reprodução do ideário neoliberal no cotidiano acadêmico: reiterações e resistências do trabalho docente na UECE**. Recife, 237 f., 2012 (Tese de Doutorado).

Recebido em 2015-06-20
Publicado em 2016-03-13-